

**ANEXO VII – MECANISMO DE PROTEÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO**

## **1. CONDIÇÕES**

- 1.1. O MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO (ou “MECANISMO”) é aplicável para oferecer proteção contra a variação das taxas de juros para obtenção de financiamento voltados à constituição de BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA, com periodicidade anual, semestral ou trimestral de amortização do principal e pagamento de juros. O prazo máximo que cobre o MECANISMO é de até 20 (vinte) anos, contando com eventual período de carência de dívida.
- 1.2. Para ativar o MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO para um instrumento de financiamento contratado pela CONCESSIONÁRIA, a mesma deverá enviar notificação fundamentada ao PODER CONCEDENTE, em que conste:
- i. minutas dos contratos de financiamento ou outros instrumentos de financiamento, em conformidade com a devida regulamentação; e
  - ii. quando se tratar de financiamento por meio de emissão de títulos, cópia dos respectivos documentos (escritura, prospecto, contratos, relatórios de análise/classificação de risco etc.).
- 1.2.1.A CONCESSIONÁRIA poderá para requerer a ativação do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO para todos os instrumentos de financiamento celebrados no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da DATA DE ASSINATURA.
- 1.3. Ativado o MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, seu acionamento se dará após firmado cada instrumento de financiamento objeto do mecanismo, devendo ser entregue ao PODER CONCEDENTE, em até 20 (vinte) dias úteis da data de contratação do financiamento em questão, cópia(s) do(s) contrato(s) e/ou instrumento(s) que integram o financiamento devidamente assinadas, acompanhadas de versões traduzidas em português, bem como um resumo executivo que contenha as seguintes informações:
- i. data de assinatura;
  - ii. montante nominal do instrumento de financiamento em moeda estrangeira;
  - iii. perfil da dívida, indicando tabela de amortização (PRICE, SAC etc.), eventuais carências, datas de desembolso do financiamento, incluindo o cronograma de datas de amortização, pagamento de juros e, portanto, os respectivos cronogramas e montantes pactuados do SERVIÇO DA DÍVIDA;
  - iv. taxa de juros nominal, com spreads e demais taxas que formem o valor final da taxa de juros do instrumento;

- v. descrição de seguros, comissões e outros;
- vi. descrição da destinação final daquele crédito;
- vii. nome do avalista ou garantidor do crédito, quando houver;
- viii. valor da taxa de swap embutido no instrumento do financiamento, quando houver;
- ix. razão social do mutuário ou receptor do crédito (que deverá ser a própria CONCESSIONÁRIA); e
- x. razão social do mutuante ou estruturador(es) dos títulos, se for o caso.

1.3.1.O não cumprimento do prazo estipulado no item 1.3 para um determinado instrumento ainda permitirá a inclusão de outros instrumentos sob o MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, desde que atendida a condição do item 1.3.

1.4. Quaisquer alterações nos planos de pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA dos instrumentos de financiamento, para fins de repactuação deste MECANISMO, estão sujeitas à prévia anuência do PODER CONCEDENTE para serem efetivadas, não se admitindo que a repactuação ocasione a extinção do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO.

1.5. As datas e os montantes de desembolso relativos ao pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA informados pela CONCESSIONÁRIA, para fins de aplicação do MECANISMO, deverão corresponder de maneira exata às datas efetivas dos desembolsos, assim como seus respectivos montantes.

1.5.1.Em caso de discrepância entre as informações prestadas e os desembolsos efetivamente feitos, o PODER CONCEDENTE poderá cancelar a APLICAÇÃO do MECANISMO, caso entenda que a discrepância ofereceu prejuízo à capacidade do PODER CONCEDENTE de planejar e administrar os encargos que lhe são atribuídos pelo MECANISMO.

1.6. Uma vez ativado o MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, a CONCESSIONÁRIA não poderá cancelá-lo sem demonstrar ao PODER CONCEDENTE as vantagens econômicas e financeiras resultantes do cancelamento, tanto para o PODER CONCEDENTE, quanto para a CONCESSIONÁRIA, e com a prévia anuência do PODER CONCEDENTE.

1.7. É vedada a estipulação de cláusulas de aceleração, pré-pagamento, ou outras condicionantes que alterem o curso inicial do SERVIÇO DA DÍVIDA sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sob pena dessas alterações não terem repercussão sobre o MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO.

1.8. Quando o(s) financiamento(s) for(em) tomado(s) em moeda estrangeira, será utilizado, para a aplicação de cobertura do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, o valor

equivalente em reais calculado com base na taxa PTAX da venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data de desembolso do(s) serviço(s) da(s) dívida(s) pela CONCESSIONÁRIA.

## **2. APLICAÇÃO DO MECANISMO**

- 2.1. Para fins de cálculo dos valores de compensação do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, juntamente com toda a documentação exigida por este ANEXO, as seguintes informações: (i) o montante do SERVIÇO DA DÍVIDA em relação a cada financiamento abrangido pelo MECANISMO, nos termos do item 1.2.1; (ii) valor da TAXA DE REFERÊNCIA na data da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS; (iii) valor da TAXA DE REFERÊNCIA na data da celebração do instrumento de financiamento em questão.
- 2.2. Para o cálculo dos valores de compensação do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, será adotada como TAXA DE REFERÊNCIA a parcela fixa da Taxa de Longo Prazo – TLP divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- 2.3. A variação do risco de crédito no âmbito deste MECANISMO será calculado com base na variação da TAXA DE REFERÊNCIA entre a data da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS e a data de assinatura de cada financiamento sujeito à cobertura do MECANISMO, sobre o montante principal da dívida de cada financiamento.
- 2.4. Para fins de aplicação deste MECANISMO, o PODER CONCEDENTE assume o risco pela variação superior a 1% (um por cento) na TAXA DE REFERÊNCIA entre a data da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS e a data de assinatura de cada financiamento sujeito à cobertura do MECANISMO.
- 2.5. A compensação devida à CONCESSIONÁRIA em virtude da aplicação do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO, deverá ser calculada após o decurso do prazo previsto no item 1.2.1 e implementada mediante APORTE, em conformidade com o seguinte procedimento:
  - 2.5.1. Após o decurso do prazo previsto no item 1.2.1, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar documentação e informações previstas neste ANEXO, para a comprovação do impacto suportado em decorrência da variação do risco de crédito.
  - 2.5.2. A documentação será submetida para ao AUDITOR INDEPENDENTE, que proferirá seu parecer acerca da caracterização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO no prazo de 15 (quinze) dias úteis, admitida a prorrogação caso seja necessária a realização de diligências ou a apresentação de documentos e informações adicionais por parte da CONCESSIONÁRIA.
  - 2.5.3. Após a apresentação do parecer do AUDITOR INDEPENDENTE, o PODER CONCEDENTE proferirá sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.5.4. Em caso de deferimento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser implementada pelo PODER CONCEDENTE mediante APORTE no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de recebimento dos documentos de cobrança emitidos pela CONCESSIONÁRIA.